

E LÁ VEM ELAS!!

PATRÍCIA TEIXEIRA ALVES

Mestranda em história Cultural – UNICAMP/CAPES

Email: pattalves2017@gmail.com

RESUMO

O artigo lança o olhar sobre algumas práticas de liberdade e autonomia no processo de subjetivação das mulheres negras, como o direito de questionar as formas de poder que são exercidas sobre si, os discursos de verdade que lhe são impostos, apresentando alguns modos de resistência pensados como uma "indocilidade refletida" como meios de subversão às práticas de controle da biopolítica. Aborda a supressão de suas demandas pelo Estado, a colonização de seus corpos, e como são sublocadas para a periferia das relações de poder. Apresentando a força coercitiva do biopoder pelas instituições, não somente como ordem repressiva, autoritária, mas através do discurso de bem social, levando o indivíduo a oferecer um corpo dócil e útil ao Estado, que legitima sua violência contra as mulheres negras com o racismo institucional. No entanto, as mulheres negras começam o século XX lutando para sobreviver à abolição, em contraponto iniciam o século XXI apresentando seus movimentos e suas desterritorializações para estar presente num universo que não fora pensado para si. Deixando os guetos, a elas destinados, para ocuparem os territórios repatriados por seus deslocamentos e suas práticas de liberdade.

Palavras-chave: biopolítica, subjetividades e territórios repatriados

INTRODUÇÃO

Ao se falar das relações de poder e suas resistências há de se começar pela aplicabilidade do poder e a construção da subjetividade, em seguida compreender o que vem a ser os territórios repatriados, relacionando-os aos processos de movimento das mulheres negras no último século. Segundo Foucault o poder ou as relações de poder estão fixados em teias de dominação que sugere pouca liberdade, mas implica resistências, pois, são relações dessimétricas. As instituições, religiosa, política e familiar, utilizam dos poderes das ciências, dos cânones religiosos e do ordenamento jurídico para que a essas manutenções dessimétricas permaneçam inertes. Segundo Foucault as tecnologias governamentais são as relações entre os jogos de poder e os estados de dominação para se controlar as pessoas que estão sob o poder pastoral, sejam as mulheres, os filhos ou as instituições, (FOUCAULT, 2006). O filósofo continua sua

análise do poder, acrescentando três níveis de dominação “as relações estratégicas, as técnicas de governo e os estados de dominação” (FOUCAULT, 2006, p.285).

Nesse processo estratégico do Estado que organiza o ordenamento social mantendo o *status quo* do controle, está a governamentalidade, que tem como seu principal alvo a população, pois é, “[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muita complexa, de poder” (FOUCAULT, 2008, p. 143), sendo assim, são as técnicas de governo um dos dispositivos de controle social, para manter o estado de dominação. Nesse sentido, reproduz-se formas de resistência, como o desassujeitamento ou a inservidão voluntária, que podem ser elaboradas a partir das práticas do cuidado de si, postulando sua verdade crítica “*não querer ser governado*”, pois não aceita as posições e a forma com que a autoridade se apresenta. A crítica será, nesse caso, a posição subjetiva do indivíduo ao questionar os discursos sobre o que é a verdade, “pois bem, a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida” (FOUCAULT, 1978, p.5), uma resistência à biopolítica que é um dispositivo de segurança e disciplina que regula as relações de poder. Nesse caso, a partir da construção de suas subjetividades o coletivo de mulheres negras vão se deslocando, construindo por meio de suas histórias, novas formas de serem mulheres e negras num universo para o qual não foram convocadas a existir.

E LÁ VEM ELAS

Durante as passagens dos séculos XIX para o XX e deste para o XXI, a biopolítica vem se consolidando como força de controle tendo seus ordenamentos flexíveis para a gestão dos indivíduos, sobretudo no controle dos corpos e dos corpos negros. Sendo assim o controle do corpo negro não passa despercebido, os processos de racialização não são casuais, são multifacetados, pois os racismos.

permitem ao poder subdividir uma população em subespécies, para designá-las em termos de um substrato biológico e para iniciar e sustentar um conjunto de relações dinâmicas nas quais a exclusão, o encarceramento ou a morte daqueles que são inferiores pode ser vista como algo que tornará a vida em geral mais saudável e mais pura (RABINOW; ROSE, 2006, p.34).

A violência do racismo aplicada pela biopolítica no controle dos corpos negros e das mulheres, logo também, das mulheres negras, segue a mesma linha de um biopoder local, a eugenia, nesse caso a população é instrumento e alvo para ser suplantada no Brasil no século XIX. Tais personagens, subversivamente, confrontando esses dispositivos de comportamento a partir de seus “*territórios repatriados*”¹, apresentam formas de subjetividades para pensar nos movimentos de seus corpos, para fora desses marcadores raciais. Criam mecanismos que vão de encontro à categoria de inferioridade racial contida na “*vida de negro*”² (SOUZA, 1983, p.22-3) que ainda persiste como sinônimo de miséria e degeneração. Que no cotidiano das mulheres negras, apresenta-se sobre a alcunha de “*matriarcado da miséria*”³ (CARNEIRO, 2011, p.130), uma homogeneidade de subserviência, uma identidade fixa presa ao binômio, racismo e o sexismo, no controle dos corpos femininos negros.

Os processos de reações das mulheres negras para fora dos guetos sociais foram gerados por acontecimentos em cadeia, primeiro e mais importante a luta pela sobrevivência, seguida a luta por seu direito de existir concomitante às lutas contra as teorias raciais, à retomada de reconhecimento de si enquanto sujeito. Para além das medidas civilizadoras e institucionalizadas que regulamentavam seu *status quo* de capital servil e propriedade sexual do sistema androcêntrico regendo suas práticas de conduta. Tais assujeitamentos foram sendo reconstruído como territórios repatriados.

Livres de suas saias rodadas, as cores vistosas, os panos das costas, os torsos coloridos começam a esmaecer. Os tons são acinzentados com a existência diante da evidência de que diante da conquista da liberdade e da igualdade pode ser sempre frustrada pela ação implacável do racismo e da discriminação. Mas lá como cá hoje como ontem a subordinação imposta

¹ Espaços reconquistados e ressignificados, que antes quando ocupados por mulheres negras eram territórios de apresamento havendo um limite de atuação dos sujeitos, proibindo autonomia, noutros momentos, foram espaços negados que não poderiam ser ocupados pelas mulheres negras. No entanto no processo de reconstrução de suas subjetividades, no fosso entre ser negra e mulher, fora refazendo outras formas de se tornar mulheres negras, ampliando as ocupações dos territórios de atuação, reconfigurando-os, ao mesmo tempo em que ocupavam os novos, como um ser único embora coletivo, constroem novas epistemologias do ser mulher negra.

² O paralelismo negro/miséria.

³ É uma expressão criada pelo poeta nordestino Arnaldo Xavier, homem negro que conhece de perto a realidade das mulheres negras nordestinas. Mulheres que ocupam a maioria e os mais vulneráveis postos de trabalho do mercado, desde a informalidade à falta de salubridade que garanta dignidade para o sustento de suas famílias. Aliado a essa exclusão econômica, há a social e a cultural.

como destino é subvertida e lá vem elas: são professoras, escritoras, deputadas, pintoras, doutoras, atletas, maestrinas. Compositoras, ativistas, militantes desafiando os persistentes processos de exclusão (CARNEIRO, APUD SCHUMACHER, Schuma; VITAL, Brasil 2007, p.07).

As articulações das intelectuais negras eram concomitantes às manifestações artísticas e midiáticas no início do século XX. A imprensa negra, fora fortemente atuante desde a 1910 com os Jornais “O Bandeirante”, “O Clarim d’Alvorada” e a “Frente Negra”, que contava com cerca de seis mil membros só em São Paulo, e 60 mil nos seus anos de existência pelo Brasil, tendo como principal grupo de apoio as mulheres negras. A educação e as artes eram o foco, o suporte financeiro vinha do grupo de mais de 30 mulheres sob a liderança de Bendita da Costa, “As Rosas Negras”, “eram elas que faziam o movimento” (SCHUMACHER, Schuma; VITAL, Brasil. 2007, p.295-96). A Frente Negra fora diluída por Getúlio Vargas, dando origem a União Nega Brasileira, buscando celebrar em 1938 os 50 anos de abolição, porém não obteve sucesso. Uma das principais vozes intelectuais Eunice de Paula Cunha, dona Nice, em seu artigo no Clarim d’Alvorada, em 1935, fala às jovens negras:

E nós patrícias precisamos nos mover, sacudir a indolência que ainda nos dominam e nos faz tardias. O cativo moral para nós negros ainda perdura. Notemos a fundação desta Escola Luiz Gama com o fim de prepara meninas de cor para os serviços domésticos [...] Por essa iniciativa se vê que para brancos não possuímos outra capacidade, outra utilidade outro direito a não ser eternamente escravos. [...] Mas isso não sucederá ...A vida de um povo depende da sua juventude. Pois bem, nós, além de jovens, somos mulheres. (SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. 2007, p.296)

Lá vem elas repatriar territórios, criar novas formas de apreensão do mundo. Havia novas práticas de conduta, novas formas de ser mulheres negras plurais, novas epistemologias, mulheres alfabetizadas, intelectuais, artistas, mãos de obra qualificada, construindo-se para fora dos marcadores de apresamento. Assim sendo, segundo Collins

Desenvolver o pensamento feminista negro também implica buscar sua expressão em posições institucionais alternativas e entre mulheres negras que não são comumente vistas como intelectuais. Conforme a definição proposta nessa obra, as intelectuais negras não necessariamente acadêmicas nem encontradas apenas na classe média negra. [...] Defendo que, na realidade, fazer um trabalho intelectual do tipo pensado pelo feminismo negro requer um processo de luta autoconsciente em favor das mulheres negras, independentemente do lugar social concreto que esse trabalho ocorra” (COLLINS, 2019, p.51-52)

As experiências das mulheres negras não podem ser excluídas também da intelectualidade negra brasileira, pois, como maioria absoluta da população brasileira, as patricias, abriram espaços para que as gerações na contemporaneidade chegassem à academia. Mulheres autodidatas com consciência política, de classe, étnica, que lutam como pioneiras em diversos seguimentos sociais, justamente por não fazer parte de um grupo uniforme e estar em todos os polos da sociedade. Um dos maiores exemplos nacionais foi a escritora Coralina Maria de Jesus, reconhecida hoje mundialmente por sua obra “Quarto de despejo” publicado em 1960, estudou pouco, não tinha rebuscamento intelectual, porém sua obra foi bestseller, traduzido para mais de 14 idiomas vendido para mais de 40 países.

Assim, os feminismos negros são plurais, Lélia Gonzalez salienta que os feminismos negros, na nossa sociedade, devem amparar o Movimento Negro e vice-versa, para a ativista a luta das mulheres negras “traria um tipo de solidariedade com os homens negros” (RATTS e RIOS, 2010, p. 112). Enquanto há um coletivo de mulheres negras militando, há outro coletivo de homens negros na mesma posição de luta, ainda que pleiteiem por causas diferentes o corpo negro é que está sendo governado com padrões de controle. Ainda sejam equidistantes ao racismo, as apreensões não se apresentam das mesmas formas. Vale ressaltar que Lélia Gonzalez fazia parte do Movimento Negro quando fundou o Movimento Feminista Negro, abordando a interseccionalidade. Nesse sentido, há de se compreender quais são as tecnologias de poder, isto é, os biopoderes, utilizadas para manter a biopolítica segregacionista sobre a população negra.

Os seguimentos de mulheres negras estavam, desde o início do século XX, trabalhando junto aos espaços comuns dos homens negros, mesmo com muita limitação para ‘movimentar-se’, conseguiram fazer alguns deslocamentos.

A baiana Lycia Conceição Alves (1904-2005), foi a primeira mulher negra a se graduar em arquitetura no Brasil. A sindicalista Laudelina de Campos Mello (1904-1991) foi uma das fundadoras da primeira Associação das Empregadas Domésticas em

Santos no ano de 1936, fechada por Getúlio Vargas no Estado Novo. A paulistana, Virginia Leone Bicudo (1910-2003) socióloga e primeira psicanalista brasileira, foi uma mulher negra, sendo co-fundadora da Sociedade Brasileira de Psicanálise em 1930. A paranaense, Enedina Alves Marques foi a primeira mulher a cursar engenharia no Brasil em 1945. A carioca Mônica de Menezes Campos (1957-1986), foi primeira mulher negra a cursar o instituto Rio Branco, segunda secretária do Itamaraty na Costa Rica. Neuza Maria Alves da Silva foi primeira mulher negra desembargadora do Tribunal regional Federal só em 2004. Eunice Prudente foi primeira professora negra da USP e a primeira mulher negra a assumir o cargo de secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (1985). Sidney Santos de Jesus (1954-2000) foi Diretora de Bangu I, posto jamais ocupado por uma mulher. Ivete Sacramento (1952), doutora em educação, foi a primeira mulher negra a ocupar cargo de Reitoria numa Universidade no Brasil, em 1998, a Universidade do Estado da Bahia. A também, Doutora em Educação, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (1942), em 2002 primeira representante negra a integrar o Conselho Nacional de Educação – MEC. A paulistana Iracema Almeida (1921-2004) foi uma médica negra pioneira no estudo da anemia falciforme, que em 1972 fundou o GTPLUN – Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. (SCHUMAHER, Schuma; VITAL, Brazil.2007, p. 281-85).⁴ Na presente era, “Maria Júlia Coutinho, 40 anos, vai apresentar o *Jornal Nacional*, da TV Globo, no próximo sábado 16/02/2019. Ela será a primeira mulher negra a comandar o telejornal. Entre os homens, o posto já foi ocupado por Heraldo Pereira⁵”. Apresentou-se alguns pioneirismos das mulheres negras no Brasil.

Quando a professora Eunice de Paula Cunha denuncia em 1935, a escola de empregadas doméstica, há de se localizar uma ação biopolítica sobre a vida das meninas negras. Logo, as mulheres negras entenderam seu apelo, que a educação seria um dos

⁴ Os autores fazem um apanhado sensacional das mulheres negras e suas atuações durante o século XX, mostra como a presença desses sujeitos modificaram as conjunturas de suas épocas para que muito das estruturas que estavam cristalizadas fossem rompidas, em prol a luta do povo negro.

⁵ BOURROUL, Beatriz. *Maria Júlia Coutinho será a primeira mulher negra a apresentar o Jornal Nacional*. Reportagem de 14/02/2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/maria-julia-coutinho-sera-a-primeira-mulher-negra-a-apresentar-o-jornal-nacional/>. Acesso: 10 maio 2019.

territórios repatriados e desterritorializados em permanente fazimento. Final do século XX início do século XXI esse movimento em prol a educação toma força.

Se as mulheres negras, em 1995, tinham uma taxa de escolarização de 14,9%, esta mais que triplica na série histórica, chegando a 49,8%, em 2009, aproximando-se mais dos homens brancos, que, neste ano, contaram com uma taxa de 55,5%. Por sua vez, distanciaram-se dos homens negros, que computaram uma taxa de 37,7% no mesmo momento. Ademais, as mulheres negras, apesar destas melhoras em termos de aquisição de anos de estudos, ficam bem aquém das mulheres brancas, o que pode ser explicado, em parte, pela grande distância que tinham no ponto de partida na série considerada⁶. (IPEA, 2013, p.60-61)

No caso das mulheres brancas há uma taxa de escolarização de aproximadamente 65% em 1995. Esses são reflexos de uma política segregacionista. De acordo com o IBGE de 1940, apesar de a Lei 1390 de 03/07/51, mais conhecida como Lei Afonso Arinos, em seu artigo 5º previa punição para qualquer discriminação racial nos estabelecimentos de ensino que se recusasse matricular homens e mulheres negros, porém a discriminação racial persistia. O mesmo Censo (1940), “mostra que a exclusão do sistema educacional recaía mais fortemente sobre as mulheres negras com um índice de alfabetização 15,29% menor dentre a população daquele período.” (NEPOMUCENO, 2012. p.392). Essas informações são sobre a obrigatoriedade da alfabetização, do ensino básico e profissionalizante, não do ensino superior.

Décadas mais tarde, “no final dos anos 1980, num universo de quatro milhões de mulheres negras economicamente ativas, somente cerca de 1700 ganhavam mais de 20 salários mínimos” (NEPOMUCENO, 2012, p.395). Quando se fala sobre a educação superior “nos primeiros anos deste século (XXI), o número de estudantes negros e negras em cursos superiores dobrou em relação aos números registrados nas três últimas décadas do século XX” (NEPOMUCENO, 2012. p.394), isto é, antes, eram apenas alfabetizadas, quarenta anos depois, ocupam os espaços nas academias, fazem pesquisas sobre o povo negro, criam mecanismos de movimento. No entanto, segundo Nepomuceno, apesar do nível de escolarização avançado ainda não é garantia de acesso a postos de trabalho que tenham melhores salários. (NEPOMUCENO, 2012. p.394).

Na década de 1990, nos serviços domésticos as mulheres negras ocupavam aproximadamente três vezes mais postos dos que as mulheres brancas (32,5% contra 12,7%) e em atividades do setor de serviços gerais como serventes, cozinheiras e lavadeiras/passadeiras, essa estimativa chegava ao dobro para as mulheres negras (16% contra 7,6%) (IPEA, 2013). Quase vinte anos depois essa realidade ainda persiste, “Entre as mulheres, a proporção de negras (21,6%) é bem maior que a de brancas (13,5%). A grande concentração de mulheres negras no emprego doméstico chama atenção dos pesquisadores desde meados do século XX” (IPEA, 2013 p.72).

Se comparados, esses últimos dados, aos anos anteriores percebe-se que houve um avanço considerável no campo educacional e econômico, com apoio das ações dos movimentos sociais e das políticas públicas do governo federal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), “[...] até 1999, as mulheres negras e homens negros mantinham taxas muito baixas, relativamente estáveis e próximas. A partir de 2001 apresenta-se um ligeiro crescimento da participação das mulheres negras e, em 2003, elas ultrapassam a taxa de 5%” (IPEA, 2013, p.60). Apesar da mudança entre 1995 até 2009 o cenário educacional das mulheres negras permanece muito discrepante em relação às mulheres e homens brancos. Segundo o IBGE, em 1998, as mulheres negras que tinham nível superior representavam 5 pontos, enquanto as brancas 18 pontos; em 2008, o percentual das mulheres negras era de 20 pontos, enquanto as mulheres brancas de 40 pontos. As mulheres negras só ultrapassam os homens negros numa média de 5 pontos.

Logo, quando se fala do percentual de mulheres negras com ensino superior completo, constata-se que continuam em desvantagem, “em 2009[...] taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%” (IPEA, 2011, p.21). Já em 2018,

Entre as pessoas de 25 a 44 anos de idade, o percentual de homens que completou a graduação é de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, indicador 37,9% superior ao dos homens. No entanto, o percentual de mulheres brancas com ensino superior completo (23,5%) é 2,3 vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) e é mais do que o triplo daquele encontrado para os homens pretos ou pardos (7%). Os dados fazem

parte da pesquisa "Estatísticas de gênero", divulgada na quarta-feira 7 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.⁷.

Embora haja discrepâncias e o hiato educacional entre brancos e negros seja real, tem havido, lentamente, alguns avanços. Os programas de assistência e incentivo educacionais, como o sistema de cotas vem sendo ampliado nos dois últimos anos nas Universidades do país; com a ampliação do programa FIES nos governos Lula e Dilma. Há um número considerável de Universidades que aderiram à nota do ENEM para ingresso de alunos pelo SISU e pelo PROUNI de Universidade e faculdades Particulares, respectivamente. O contingente de mulheres negras em movimento, está ampliando as fronteiras, aliados às políticas públicas, apesar de apresentar assimetrias, são inegáveis as conquistas da comunidade negra.

TORNAR-SE NEGRA NA CONSTITUIÇÃO DO SUBSTANTIVO NEGRO POSITIVADO

O movimento de *tornar-se negra* é um território repatriado, que começa por suas novas epistemologias, por novos lugares de atuação, pois, “falar sobre uma realidade como fixa já não cabe mais ao discurso relativo às instituições, pois o particular tem demandas e determinações próprias, a partir do seu lugar de fala, do seu lugar de ação”. (CERTEAU, 1995 p.224). Há um deslocamento para fora, enquanto coletividade e enquanto ser particular dentro do seu lugar de ação.

O lugar do negro foi construído pelo olhar eugenistas, coisificado como propriedade, sua força de trabalho era um patrimônio valioso destituído de humanidade. “A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” (MBEMBE, 2017, p.19). Essa posse inibia a construção de identificação social enquanto ser humano

⁷Centro de Estudos das relações de trabalho e desigualdade – CEERT. IBGE: apenas 10% das mulheres negras completam o ensino superior. 09/03/2018 <https://ceert.org.br/noticias/educacao/21396/ibge- apenas-10-das-mulheres-negras-completam-o-ensino-superior>

pleno de direitos de deveres, por conseguinte o seu processo de subjetivação seria perpassado pela dor de “ser violentado de forma constante, contínua, e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (SOUZA, 1983, p.2).

A violência do sistema escravista enquadrou o negro como força motriz para a produção, força essa que deveria ser controlada e domesticada devido sua à condição inferior, agravada por sua degenerescência com a mestiçagem, produzindo à “*vida de negro*”. O negro, portanto, passa por um processo de subjetivação que o faz negar sua própria verdade devido à necessidade de aceitação, passa a se autovigiar, autoafirmar e autopunir, como forma de controle de si utiliza a confissão, ou a negação, sob a ótica do poder pastoral. A eugenia como biopolítica transforma o corpo escravizado e racializado em dócil para a remissão da degenerescência. Fez do negro um problema homogêneo.

O escritor e um dos fundadores do Quilombo Hoje-Literatura, o doutor Cuti (Luiz Silva), afirma que toda essa violência de promover o silenciamento das ações sofridas pelos negros, e o apagamento de suas memórias, chegam a um aspecto básico, o da “*invisibilidade de si mesmo*” (CUTI, 2017, p.204). Um exemplo é a troca do uso da palavra negro, para “*afro*”. Há de salientar que a palavra afro é bem-vinda ao composto de epistemologias negras, porém não como substituta ou eufemismos das semânticas negros e pretos. Principalmente, há que se considerar a importante conquista da palavra “*negro*”, pela militância negra registrada pelo jornal “O Clarim d’Alvorada”, criado pela Centro Cívico Palmares em 1924, o canal mais importante da voz negra no Brasil daquele período, juntamente com a Frente Negra Brasileira de 16 de setembro de 1931 militavam as políticas da população negra. O jornal, como conquista para a comunidade negra, passa a usar a denominação **negro** em “substituição do vazio e usado termo ‘*homem de cor*’”, como forma de luta. É um termo carregado de significantes, é polissêmico.

A tentativa de troca da semântica continua a jogar para baixo do tapete o som que não se quer ouvir, *negro*, talvez pela força histórica que esse significante tenha na construção do Brasil e das subjetividades do povo negro. Os jornais da primeira metade

do século XX não perdoavam a audácia do negro em querer se afirmar como igual. O sociólogo negro Guerreiro Ramos em 1946 esclarece sua indignação.

Um grande número de negros ainda não se incorporou a cultura dominante no Brasil que é a europeia de base latina. Existe uma cultura negra no Brasil, com seu sincretismo religioso, seus hábitos alimentares, sua medicina de “folk”, sua arte, sua moral e etc. O mundo mental desses grupos é incompatível com o das classes dominantes. O negro brasileiro pode branquear-se, na medida em que se eleva economicamente e adquire grupos comportamentais dos grupos dominantes. (RAMOS, Guerreiro, APUD NEPOMUCENO, 2006, p12).

Nesse fragmento, o sociólogo apresenta o conflito racial sobre os “problemas do negro”, o destino do negro era aceitar a sua condição de inferioridade e substituir suas identificações pelas da branquitude e compreender a didática do racismo brasileiro, pois segundo o Guerreiro no Brasil o racismo é mais disfarçado e a discriminação é menos escancarada. “Entre nós, o preconceito racial perde em importância para outros dois aspectos da questão: o preconceito de classe e a incompatibilidade de dois mundos mentais distintos” (NASCIMENTO, 1946, p.6). Essa incompatibilidade de mundos distintos pode ser atestada por Guerreiro na prática, pois casou-se, apenas após a morte de seu sogro, com Clélia Calazans Rodrigues de Paula, uma mulher branca e filha de Raul de Paula, homem branco de elite, pois, o casamento não era aceito pela família. Há uma configuração desse conflito do negro emergente, o interno e o externo. Zilda Guerreiro Ramos, irmã do sociólogo participou da pesquisa sobre as elites de cor do Thales de Azevedo e relatou essa tensão sobre aspectos na vida de seu irmão entre a militância e a vida social (MAIO, 2019).

Logo observa-se que a para o negro a “conquista da ascensão social é o massacre mais ou menos dramático da sua identidade” (SOUZA, 1983, p.22), pois na maioria dos casos tiveram que alijar sua condição étnica para sobreviver, para fugir do estigma da vida de negro. Esse processo de subjetivação não faz parte da construção da subjetividade de um indivíduo autônomo, mas de um enquadramento social capaz de produzir verdades para esses sujeitos que serão incorporadas de forma homogênea para fora de sua relação consigo e como seu lugar de atuação.

A partir das narrativas sobre o corpo, a construção do discurso sobre o negro, a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza salienta a necessidade da “construção de um discurso do negro sobre o negro” (SOUZA, 1983, p.17). A população negra passa então, por processos de autoconhecimento, autoanálise, partindo da compreensão de “novo Ideal de Ego que lhe configure um rosto próprio, que encarne seus valores e interesses, que tenha como referência e perspectiva, a História.” (SOUZA, 1983, p.40), na construção de novas hermenêuticas e epistemologias da negritude, dos processos de subjetivação positivados. Nesse movimento de tornar-se negra, há a positivação do substantivo *negro* como forma crítica, um desassujeitamento, mais uma inservidão voluntária, sobre o discurso do que é ser negro. Nesse caso, os discursos sobre a negritude carregam a interseccionalidade do corpo preto e feminino.

Para compreender o peso de ser negro e da palavra negro na construção racial do país, o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, teve grande papel nesse processo. A cor/raça negra não fora computada pelo IBGE nos Censos de 1900 e 1920, período onde cresce a imigração europeia para o Brasil e os programas eugenistas estavam em vigor com bastante ênfase. Deixando evidente a teoria de degenerescência do negro. Somente após a análise do Censo de 1940 e 1950 essa categoria volta a ser utilizada com base nas seguintes descrições: Branca, preta, parda, amarela e indígena. No Censo de 1940, portanto, observou-se que a população branca deu um salto de 44% em 1890, para 63% em 1940, atestando os “ganhos” da política de branqueamento.

No entanto, as questões raciais no Brasil eram controversas, a cor estava tão somente ligada a cor da pele, que os genótipos, os fenótipos e ancestralidade não eram cogitados, a etnia, conhecida como raça, não era considerada.

Já “Em 1970 o Censo não coletou cor nem explicou os motivos” (PIZA, 2014, p.97 in CARONE) pelos quais não fez a coleta. Em 1976, a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, (PNAD), preparou para a inclusão do quesito cor no Censo de 1980. Antes, porém, deparou-se com cerca de 136 variações de cor, para os não brancos (PIZA, 2014, in CARONE). Segundo, Luana Tvardovskas, essa pesquisa sobre as identificações de cor resultou da pressão do Movimento Negro, no entanto, o mito da

democracia racial deixou como herança à comunidade negra uma relação traumática na construção de sua subjetividade, explicitada na dificuldade de se autoidentificar como negros e negras, pois esses movimentos estão saturados de relações de poder (TVARDOVSKAS, 2016, p.342-3). A autora ainda pontua

É certo que pesquisadores dos censos, como Tereza Cristina Araujo, compreendem que as autodefinições explosivas eram minoritárias, pois 95% das respostas concentravam-se em 7 termos: “morena (34,4%), branca (41,9%), preta (7,6%), parda (7,6%), morena clara (2,8%), clara (2,5%) e amarela (0,98%) (Araujo, 1987, p. 14). O país de então queria sentir-se branco ou embranquecer, em muito consequência perversa do racismo estrutural da sociedade brasileira, que discrimina em função da tonalidade da pele, privilegiando aspectos como olhos claros e cabelos lisos para a ascensão social. (TVARDOVSKAS, 2016, p.346).

As características físicas levantadas pela autora que faziam parte do referencial nacional, eram supervalorizadas, quanto mais próximo ao branco os negros estivessem, as relações sociais, econômicas e mesmo as interpessoais seriam menos traumáticas, acreditava-se nessa premissa. No entanto, o preço a ser pago seria alto, segundo Neusa Santos, “o sujeito negro, possuído pelo ideal de embranquecimento, é forçado a querer destruir os sinais de cor, do seu corpo e da sua prole” (SOUZA, 1983, p.7). O projeto eugenista estava seguindo seu curso, infringindo a subjetividade positivada do povo negro.

No entanto, a partir de 1991 o padrão de classificação por cor/raça, passa ser oficialmente utilizado pelo IBGE, brancos, amarelos, negros refere-se a pretos e pardos, que nos Censos de 2000 e 2010, passam a ser maior parte da população brasileira. Nota-se que o medo do “negro” como substantivo é algo real e palpável, a utilização da palavra com novas significações dentro da epistemologia do ser negro, é, portanto, uma forma de resistência. Segundo Cuti, “a capacidade de resistência pressupõe um, discurso de resistência que, na conquista do espaço devido, ouse tematizar o racismo como conflito humano consequente”. (CUTI, 2017, p.208) Tornar-se negro é uma identidade política e uma construção histórica das subjetividades. Portanto, o substantivo negro vem impregnado de positividade uma vez que o sujeito negro pratica a ação de **o** ser. Implode o enquadramento afro da biopolítica que pretende pulverizar a positividade de

anos de construção dos substantivos/sujeitos negros, rompendo com a governamentalização sobre a população negra.

E se a governamentalização é mesmo esse movimento pelo qual se tratasse na realidade mesma de uma prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam uma verdade, pois bem eu diria que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem a crítica será a arte da inservidão involuntária, aquela indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento [...]. (FOUCAULT, 1978, p.3)

As mulheres negras estão subversivamente movimentando-se contra as biopolíticas que engessam suas formas de ser e se colocar no mundo, utilizando-se sobretudo de suas práticas de liberdade, interrogam e confrontando o poder pastoral e a segregação eugenistas para se fazer ouvir e ver. Liberando-se das opressões dos discursos de verdade que as aprisionam diariamente.

Nesse processo de subjetivação há o enfrentamento ao racismo elástico, suas estruturas se adequam às novas formas de atuação dos negros, pois, segundo Bairros “na medida em que são conseguidas conquistas de um lado, ele se modifica e apresenta novas formas de se manifestar. [...] há formas sofisticadas para impedir os negros a chegarem a posições de prestígio, como cargos políticos e econômicos”.⁸ Logo, ao se reportar às experiências das mulheres negras no Brasil, os territórios repatriados abrem caminhos para o inédito e adequa os antigos espaços a essas novas mulheres que vão “colocando o pé na porta” (MOREIRA, 2016, s/p), como movimento de desassujeitamento. E lá vem elas!

⁸POMPEU, Fernanda. *Assim falou Luiza Bairros*. Geledés entrevista em 01/10/2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/assim-falou-luiza-bairros/>. Acesso 12 maio 2018.

Nascida em 1953, a gaúcha de Porto Alegre Luiza Helena de Bairros – que nos deixou em julho de 2016 – adotou Salvador para viver e trabalhar. Nessa cidade – na cafeteria do Ibis Hotel, na rua Fonte do Boi, no bairro Rio Vermelho – eu tive o privilégio de entrevistá-la para uma publicação coordenada pela física e feminista Vera Soares. Aconteceu no ano da graça de 2006. Por ocasião dessa entrevista, Luiza era coordenadora do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI). Mais tarde, de 2011 a 2014, ela seria ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) no governo Dilma Rousseff.. A primeira a trabalhar especificamente políticas públicas para negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres negras vêm apresentando meios de sobrevivência autóctones, e práticas de liberdades a partir de seu processo de subjetivação, de resistência, das construções de novos conceitos sobre o que é ser uma mulher negra, ou como as mulheres negras se identificam diante das pluralidades que as constituem. O biopoder disciplina ao mesmo tempo em que trabalha o campo das ideias formando cidadãos enquadrados pelos discursos produzidos como verdades, no campo da biopolítica. No entanto, essas mulheres negras estão desterritorilizando numa “a operação da linha de fuga” (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p.197) os seus espaços de atuação e seus locais de pertencimento, dando novos significantes ao substantivo: negro, reescrevendo novas epistemologias, novos campos de atuação que envolvem territórios repatriados, como resistência. Assim como, o conceito de mulher negra que se constituiu vazio para branquitude por séculos e na atualidade é evocado pela pluralidade desses sujeitos ativos, constitui no deslocamento para o *tornar-se negra*, outra forma de resistência. A “indocilidade refletida”, a “inservidão involuntária” refutam o enquadramento e as práticas segregacionistas do poder pastoral.

E lá vem elas, mulheres pretas são vistas e que se fazem ver. Seus cabelos fazem parte da paisagem natural, coroando seus movimentos. As várias tonalidades da pele negra reluzem nas universidades, por todos os espaços, com seus ricos matizes de cor. Há uma avalanche de demandas negras, antes ignoradas, que se tornam urgentes, o “movimentar-se” desses sujeitos, as novas formas de ser mulher negra plural, vão apresentando à sociedade esse contingente de sujeitos visíveis. Essa autonomia pode ser vista também como processo de subjetivação e de resistência, refletidos na positivação do substantivo negro e dos processos de subjetivação positivados.

Pois, ser negro não é apenas pertencer a um grupo étnico, é tornar-se um sujeito histórico que teve todo seu processo de construção, para não **ser**, mas **é**, porque **tornou-se negro**, como substantivo na função de sujeitos que se desterritorializam sistematicamente. Portanto, as mulheres negras brasileiras do século XXI são sujeitos em constante refazer-se, aperfeiçoando seus movimentos, gerindo seus deslocamentos e

confrontando poderes. E lá vem elas! Doutoradas, advogadas, professoras, mães, donas de casa, filhas, solteiras, casadas, intelectuais, sujeitos históricos plurais.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo, SP. Selo Negro, 2011
- CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (orgs). *Psicologia social do racismo: Estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis – RJ, Vozes, 2014.
- CERTEAU, Michel de. “O lugar onde se discute a Cultura”. In *A cultura plural*. Tradução Eni Abreu Dobrânszky. Campinas SP, Editora Papirus. Coleção Travessia do século. 1995. (p.221-232).
- COLLIN, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo. Boitempo, 2019.
- DELUEZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, v. 5, 1997. Disponível em: <http://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/12/deleuze-g_guatarri-f-mil-platos-capitalismo-e-esquizofrenia-v-5.pdf>. Acesso: mar/2017.
- FOUCAULT, Michel. *O que é a crítica? Crítica e Aufklärung*. Tradução do original *Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung*. *Bulletin de la Societé française de philosophie*. Vol. 282, n. 2, pp. 35-63, arv/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafeté Borges e Revisão de Wander Flor do Nascimento, p. 1-29. Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf>. Acesso em: março 2017.
- _____. *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*. In: MOTTA, Manoel Barros da. Foucault: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 264-287.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)* / Michel Foucault ; tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, SP, Martins Fontes, 2010.
- _____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. *Lugar do negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero 1982.
- IPEA, *Dossiê das Mulheres Negras. : retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília: 2013. Disponível em :< www.seppir.gov.br/assuntos/dossie_mulheres_negrasipea.pdf> . Acesso 12 maio 2016. p:59-60
- IPEA, *Retrato das Desigualdades de gênero e Raça*. 4ª edição.. Brasília, 2011, p.21. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso: 03 Abril 2017.
- MAIO, Marcos Chor *Cor, intelectuais e nação na sociologia de Guerreiro Ramos*. Cad. EBAPÉ.BR, v. 13, Edição Especial, Artigo 5, Rio de Janeiro, Set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v13nspe/1679-3951-cebape-13-spe-00605.pdf>. Acesso 23 mai 2019.

- MBEMBE, Achille. *Crítica a Razão Negra*. Tradução Marta Lança. Lisboa - Portugal 2ª Edição. Antígona, 2017.
- MOREIRA, Núbia R. *Movimento Feminista Negro no Brasil*. Café Filosófico CPFL em Campinas SP. 20 de nov de 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/TQa0La1YIFw>>. Acesso: janeiro/2017
- NASCIMENTO, Abdias, *O senador Hamilton Nogueira denunciou a Constituinte uma fraude contra o negro: o professor Guerreiro Ramos aborda o importante problema*. Diário Trabalhista, 24 de março, p. 6, 1946.
- NEPOMUCENO, Nirlene. *Mulheres Negras: Protagonismo Ignorado*. In. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p.392
- _____. *Testemunhos de poéticas negras: Chocolate e a Companhia Negra de Revista do Rio de Janeiro (1926-1927)*. Dissertação de Mestrado – Pós-graduação em História Social PUC-SP. 2006, p12.
- RAGO, Margareth. *O corpo exótico, espetáculo da diferença*. Labrys, études féministes/ estudos feministas janvier/juin 2008-janeiro/junho 2008. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys13/perspectivas/marga.htm>. Acesso novembro/2017
- RATTS, Alex; RIOS, Flavia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Coleção Retratos do Brasil Negro).
- RABINOW, P. e ROSE, N. *O conceito de biopoder hoje*. Cidade, Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais, n. 24, p.27-57, Abril de 2006.
- SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Mulheres Negras do Brasil*, Rio de Janeiro Senac Nacional, 2007.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro. Editora Graal, 1983.
- TVARDOVSKAS, Luana Saturnino. “Visões do passado insurreições no imaginário: história, gênero e raça em Rosana Paulino e Adriana Varejão, p.337-350. In: RAGO, Margareth e GALVÃO, Sílvio (orgs) *Michel Foucault e as insurreições. É inútil revoltar-se?* São Paulo, Intermeios 1ª edição. 2016.